

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**

---

ATOS ADMINISTRATIVOS

Gabinete

**ATOS ADMINISTRATIVOS**

**Instrução Normativa SEMA -FEPAM Nº 01, de 05 de janeiro de 2022.**

Estabelece a suspensão das condicionantes e restrições constantes das Licenças de Operação expedidas pela FEPAM ou órgãos ambientais municipais integrantes do SISNAMA no Estado do Rio Grande do Sul.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E**

**INFRAESTRUTURA**, no uso de suas atribuições elencadas na Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, e na Lei Estadual nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, e a **DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER**, no

uso de suas atribuições, conforme disposto na Lei Estadual nº 9.077, de 04 de junho de 1990 e no art. 15 do Decreto Estadual nº 51.761, de 26 de agosto de 2014, bem como tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno,

**RESOLVEM**

**Art. 1º** - Suspender o prazo das condicionantes relativas aos recursos hídricos e suas obrigações contidas nas Licenças de Operação expedidas pela FEPAM, por 180 dias ou até a publicação da Hidrografia Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, a ser utilizada nos processos de licenciamento ambiental.

**Parágrafo único.** A suspensão de que trata o *caput* refere-se exigências de recomposição, recuperação, regeneração, demarcação ou demais condicionantes ou restrições estabelecidas para as Áreas de Preservação Permanente localizadas nas:

- I. faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente;
- II. de áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais e;
- III. áreas no entorno de nascentes e dos olhos d'água perenes.

**Art. 2º** - Ficam a SEMA e a FEPAM corresponsáveis pelos ajustes necessários na Hidrografia Oficial do Estado do Rio Grande do Sul para fins de utilização nos processos de licenciamento ambiental.

**Art. 3º** - Quando da publicação dos ajustes da Hidrografia Oficial do Estado do Rio Grande do Sul a recomposição

de Áreas de Preservação Permanente se dará no âmbito do Programa de Regularização Ambiental - PRA a ser implantado pelo Estado, de acordo com os prazos fixados pelo órgão estadual responsável pelo referido programa.

**Art. 4º** - Os órgãos estaduais e municipais integrantes do SISNAMA ficam dispensados da emissão de atos administrativos que comprovem a suspensão de que trata o art. 1º desta Instrução Normativa Conjunta, sendo esta o único instrumento para fins de comprovação da suspensão.

**Art. 5º** - A suspensão que se refere o art. 1º não desobriga a necessidade de solicitar a emissão ou renovação de licenças ambientais, conforme dispõe a legislação aplicável, cabendo ao Órgão do Estado a análise quanto às demais condicionantes que não são suspensas por esta Instrução Normativa Conjunta.

**Art. 6º** - Esta Instrução Normativa Conjunta entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Alegre, 05 de janeiro de 2022.

Luiz Henrique Viana

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura

Marjorie Kauffmann

Diretora-Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler

---

LUIZ HENRIQUE VIANA  
Av. Borges de Medeiros, 1501  
Porto Alegre

LUIZ HENRIQUE VIANA  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura  
Av. Borges de Medeiros, 1501  
Porto Alegre  
Fone: 5132887400

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul  
Em 6 de Janeiro de 2022

Protocolo: **2022000663393**

Publicado a partir da página: **120**